

reais), e a empresa: **Z.M.C JUNIOR LTDA** inscrito no CNPJ: 49.752.059/0001-25 com os seguintes lote: 02 no valor total de: **R\$ 50.955,00** (cinquenta mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).

Alto Paraguai - MT, 29 de dezembro de 2023.

WISLEY RIBEIRO DO AMARAL

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE ANÁLISE DAS
DOCUMENTAÇÕES E VISITAS – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/
2023

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE ANÁLISE DAS DOCUMENTAÇÕES E VISITAS – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023

O Município de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições, faz saber por meio do presente Edital, que:

1. O prazo da análise das documentações e visitas às famílias inscritas no processo de credenciamento de pessoas físicas interessadas em adquirir através de doação unidades habitacionais destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade, fica prorrogado até o dia 31 de janeiro de 2024.

2. Diante da prorrogação estabelecida acima, o cronograma previsto passa a ter as seguintes datas:

Prazos	Eventos
10/11/2023	Publicação do Edital
14/11/2023 a 15/12/2023	Período de Inscrições com a Entrega da Documentação
18/12/2023 a 31/01/2024	Análise das Documentações e Visitas
01/02/2024	Publicação da Lista Preliminar das Famílias Beneficiárias
08/02/2024	Publicação da Lista Definitiva das Famílias Beneficiárias

Alto Paraguai/MT, 29 de dezembro de 2023.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal de Alto Paraguai/MT

Vanilda Fernandes

Secretária Municipal de Assistência Social

JURIDICO
LEI MUNICIPAL N.º 660/2023

LEI MUNICIPAL N.º 660/2023

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Alto Paraguai**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas faz saber que a Câmara Municipal de Alto Paraguai, aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º- Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Anual do Município de Alto Paraguai, relativo ao Exercício Financeiro de 2024, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus fundos.

Art. 2º- O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

Art. 3º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art.165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, compreendendo:

I - As metas e prioridades da administração pública municipal;

II – A estrutura e organização do orçamento;

III - As diretrizes gerais para a elaboração e execução orçamentária;

IV – Das disposições sobre à Dívida e ao Endividamento Público Municipal;

V– As disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;

VI – As disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VII – As condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e não governamentais;

VIII - Da autorização para o município auxiliar o custeio de despesas de competência de outros entes da federação

IX – A definição de critérios para início de novos projetos;

X – Os parâmetros para elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI – Do incentivo à Participação Popular e ao Controle Social

XII – As diretrizes específicas para o Poder Legislativo;

XIII – As disposições gerais.

Parágrafo Único: As alterações e/ou inclusões de metas da LDO constituem avaliação automática das metas ajustadas no Plano Plurianual 2022-2025.

Art. 4º. Integram ainda esta Lei os anexos das Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, e das Metas e Prioridades da Administração Municipal, em conformidade com o que dispõem os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo Único: As notas explicativas aos Anexos de Metas e Riscos Fiscais, bem como, a Metodologia e Memória de Cálculo, além de dispostas em anexos próprios, também estão contidas no capítulo de notas explicativas que compõem esta lei.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 5º. As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024 estão especificadas no **Anexo de Metas e Prioridades para o Exercício Financeiro, integrante desta Lei**, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual e suas readaptações para o exercício financeiro de 2024 e obedecerão aos seguintes critérios:

I - promover o equilíbrio entre receitas e despesas;

II - promover o desenvolvimento econômico e social integral do Município;

III - contribuir para a consolidação de uma consciência de gestão fiscal responsável e permanente;

IV - evidenciar a manutenção das atividades primárias da administração municipal.

Parágrafo único - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, de conformidade com os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos fiscais.

Art. 6º. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I – as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II – as despesas com o pagamento da dívida pública e de pessoal e encargos sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

SEÇÃO I

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 7º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

SEÇÃO II

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º- Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário quando houver.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 9º- A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024 abrangerá o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, compreendendo a programação da administração direta, indireta, seus fundos, fundações, autarquias e empresas públicas e será elaborada levando-se em conta a estrutura organizacional atual do município e suas possíveis alterações.

Parágrafo Único - Os Orçamentos dos fundos serão elaborados em unidades orçamentárias específicas, obedecendo ainda as leis de criação de cada fundo.

Art. 10 - A Proposta Orçamentária evidenciará as Receitas por rubricas e suas respectivas Despesas por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto, atividade, operação especial, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em conformidade as legislações vigentes, e obedecerá ao estabelecido no art. 22 da Lei 4.320/64 e no que couber, o artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 11 - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual; II. Atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo; III. Projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo. IV. Operação Especial - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. V. Órgão Orçamentário: constitui a categoria mais elevada da classificação institucional, ao qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolverem um programa de trabalho definido;

VI. Unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

VII. Categoria de Despesa: representa o efeito econômico da realização das despesas;

VIII. Natureza de Despesa: representa um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto;

IX. Modalidade de Aplicação – representa a forma como os recursos serão aplicadas, podendo ser diretamente ou sob a forma de transferências a outras entidades públicas ou privadas que se encarregarão da execução das ações;

§ 1º- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º- Cada atividade, projeto e operações especiais identificará a função e subfunção e programa às quais se vinculam.

§ 3º- Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesma característica quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

Art. 12 - A LOA – Lei Orçamentária Anual compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 13 - O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária e a modalidade de aplicação:

1 - pessoal e encargos sociais;

2 - juros e encargos da dívida;

3 - outras despesas correntes;

4 - investimentos;

5 - inversões financeiras;

6 - amortização da dívida;

9 - reserva de contingência.

Art. 14 - A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação do orçamento fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 15 - O Projeto da Lei Orçamentária Anual será constituído de:

I - mensagem;

II - texto da Lei;

III – tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária Anual conterá:

I – exposição de motivos, caso haja alguma eventualidade no encaminhamento dos anexos do projeto;

II – explicação de encaminhamento dos anexos da LDO posterior ao PPA;

§ 2º. Integrarão a Lei Orçamentária Anual, os seguintes demonstrativos:

I – Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei nº. 4.320/64;

II – Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo II da Lei nº. 4.320/64;

III - Quadro Demonstrativo por Programa de Trabalho, das Dotações por Órgãos do Governo e da administração, Anexo VI da Lei nº. 4.320/64;

IV - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo VII da Lei nº. 4.320/64;

V - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo VIII da Lei nº. 4.320/64;

VI - Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX da Lei nº. 4.320/64;

VII - Quadro Demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, art. 22, III, da Lei nº. 4.320/64;

IX – Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes e respectiva legislação;

X - Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo;

XI – Quadro de Detalhamento de Despesas.

SEÇÃO I

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 16 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º- A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º- A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

SEÇÃO II

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 17 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Art. 18 - A lei orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, econo-

micidade e probidade administrativa, bem como ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 19 - A lei orçamentária deve primar pela responsabilidade na gestão fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção dos riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 20 - A Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborada de forma compatível com o PPA – Plano Plurianual, com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: Para manutenção da compatibilidade, havendo necessidade de alterações das metas estipuladas no PPA e LDO, o executivo deverá encaminhar, em consonância com a Lei Orçamentária Anual, projeto de lei de atualização das Metas Físicas e Financeiras contidas no PPA e LDO.

Art. 21 - A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I – Prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – Modernização da ação governamental;

III - Equilíbrio entre receitas e despesas;

IV – Austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 22 - A lei orçamentária conterà, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente no máximo à 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL), prevista para a Administração Direta do Poder Executivo, e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de outubro de 2024, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 23 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 24. No projeto de lei orçamentária para 2024, receitas e despesas serão orçadas a preços correntes de 2023.

SEÇÃO I

DA INSTITUIÇÃO DA PREVISÃO E DA EFETIVAÇÃO DA RECEITA.

Art. 25. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o art. 12 da Lei Complementar nº

101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando-se o art. 3º desta Lei.

§ 1º. Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - efeitos econômicos e de legislação; e

V - exclusivamente para as Receitas de Capital, convênios, emendas e operações de créditos celebrados / em andamento.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 26 - Caso seja verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o excesso de despesa, o Executivo Municipal promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º - A limitação do empenho, nos termos do caput deste artigo, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 27 - Não serão objetos de limitações de despesas:

I - das obrigações constitucionais e legais do ente (despesas com pessoal e fundos);

II - destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

III - assinaladas na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso.

IV - destinadas a execução de convênios / contratos de repasses, cujos recursos vinculados estejam ocorrendo normalmente, de acordo com as programações financeiras celebradas.

Art. 28 - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 29 - O Poder Executivo manterá a disposição da Câmara de Vereadores, os estudos, as estimativas e as memórias de cálculo das receitas para o exercício subsequente.

Art. 30 - Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, o Poder Executivo Municipal desdobrará as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, de modo a atender ao disposto no art. 13, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 31 - Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 32 - O Poder Executivo poderá conceder descontos, anistias, isenções e alternativas para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Contribuição de Melhoria e Taxas, como forma de incremento da arrecadação e redução da sonegação, na forma da legislação específica, bem como, a concessão de incentivos fiscais na forma da Lei.

SEÇÃO II

DA GERAÇÃO DE DESPESA

Art. 33 - Na execução da despesa, nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e previsibilidade, de acordo com a programação financeira, de recursos financeiros suficientes para honrar com os compromissos assumidos.

Art. 34 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - O Executivo, poderá realizar por meio de decretos, Remanejamentos, Transferências, Transposições e Realocações de Recursos e demais formas de abertura de créditos adicionais, inclusive para Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro.

§ 2º - Em consonância com o Inciso II do § 1º e § 3º, ambos do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, o Poder Executivo, poderá, de acordo com os resultados da arrecadação, realizar por meio de decretos, especificamente para os casos de Excesso de Arrecadação e Tendência de Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados, abertura de créditos adicionais, até o limite das disponibilidades apuradas.

§ 3º - O Superávit Financeiro apurado no Balanço do Exercício Anterior, em consonância com o Inciso I, § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, poderá ser utilizado pelo Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais, de acordo com os resultados de cada fonte de recurso.

Art. 35 - O Município aplicará, no mínimo, os percentuais constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como, nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 36 - A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8º, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 37 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF), bem como, art. 75 da NLLC (Lei Federal nº 14.133 / 2021).

Art. 38 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 39 - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito nos limites e condições estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital, assim como operações de crédito por antecipação de receita na forma da Lei.

Art. 40 - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº. 101, de 2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como

compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 41 - É vedada a concessão de subvenções, auxílios ou contribuições para pessoas físicas e entidades privadas, ressalvadas entidades sem fins lucrativos, através de convênios, bem como às pessoas físicas que sejam atendidas por programas sociais e pela saúde.

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino, esporte e cultura ou representativas da comunidade escolar;

II - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III - voltadas para as ações de assistência social;

IV - consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos que participem da execução de programas nacionais, estaduais ou regionais;

V - instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica;

VI - instituições de apoio ao desenvolvimento social e econômico do Município.

VII - instituições de caráter cultural, social, religiosa, de apoio ao menor e ao idoso, de atendimento ao deficiente físico, de apoio a dependentes químicos.

VIII - instituição de Caráter assistencial ao menor e ao adolescente - Conselho Tutelar conforme art.131 da Lei 8.069/90- ECA

IX - outras instituições assim reconhecida, por Lei Municipal ou Estadual, de utilidade pública.

Parágrafo único - As entidades sem fins lucrativos beneficiadas deverão cumprir o disposto no art. 26, da Lei Complementar nº 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa nº 001/97-STN, e alterações posteriores, atendendo-se ainda o disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 42 - Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência Estado de Mato Grosso, quando no interesse do Município, nos termos e limites do art. 62 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 43 - As despesas de publicidade da Administração Municipal, preferencialmente, deverão ser objeto de dotação orçamentária específica.

§ 1º - Entende-se como publicidade às ações relativas à divulgação do trabalho do órgão, ou seja, propaganda ou marketing.

§ 2º - As despesas referentes à publicidade legal, ou seja, publicação de licitações, portarias, atos, prestações de contas e demais atos administrativos, classificar-se-ão na atividade de custeio.

Art. 44 - O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, compreendendo o conjunto de atividades relacionadas com o acompanhamento das ações de governo, da gestão do patrimônio municipal e dos recursos públicos, através do controle de custos e da avaliação dos resultados dos programas instituídos será realizado na forma regulamentada em normatização específica.

Art. 45 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo anterior, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos programas, bem como, dos respectivos projetos e atividades, conforme determina o art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 46 - Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores;

II - as despesas com treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso, farão parte das despesas de custeio e manutenção dos órgãos da administração municipal;

§ 1º. Os Poderes Executivo e Legislativo poderão realizar concurso público de provas e títulos, visando ao preenchimento dos cargos e funções e também poderá, mediante autorização legislativa, realizar processo seletivo simplificado para contratações temporárias, promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura, extinguindo, transformando ou criando novos cargos.

§ 2º. No exercício financeiro de 2024, os Poderes Executivo e Legislativo somente poderão conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar cargos, empregos e funções, e admitir pessoal, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04.05.2000.

§ 3º. Na execução orçamentária de 2024, caso a despesa de pessoal ultrapassar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao Município:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de horas extras, salvo no âmbito dos setores da educação e da saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

Art. 47 - Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, combinado com o art. 20, §5º da LRF, a entrega dos recursos financeiros correspondente a despesas total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, a seguir discriminados:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o executivo.

Art. 48 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas atualizações.

§ 1º - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e Legislativo.

§ 2º - Não configuram créditos adicionais, as realocações de recursos entre Fontes / Destinação de Recursos ocorridas em uma mesma dotação, bem como, as transferências ocorridas entre elementos de despesas em uma mesma dotação / natureza e modalidade de aplicação.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 49 - A Lei Orçamentária de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de liberações, de até 16% da Receita Corrente Líquida, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 50. As operações de crédito deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Parágrafo Único. O departamento de contabilidade registrará os atos e fatos relacionados à gestão orçamentária - financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo da responsabilidade e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 51. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores.

Art. 52 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DÉBITOS JUDICIAIS

Art. 53 - A Lei Orçamentária para o exercício de 2024, somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequente e pelo menos um dos seguintes documentos:

I. Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução. II. Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos; III. Que tenham sido apresentadas para inclusão dentro do prazo definido no § 1. Do art. 100 da Constituição Federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 54 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da LRF e art. 169, § 1°, II da Constituição Federal.

Art. 55 - A Revisão Geral Anual, da remuneração e subsídio dos servidores públicos, no exercício de 2024, observará o disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, bem como, os limites estabelecidos na Lei Federal n° 101/2000 (LRF).

§ Único. Na data base das categorias, de acordo com os Estatutos, a Revisão Geral Anual, será concedida conforme os Indicadores apurados no período e automaticamente implantados em Folha de Pagamento do mês.

Art. 56 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 57 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 58 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1° da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 59 - Os Poderes Legislativo e Executivo, por intermédio do setor de controle de pessoal da Administração, publicará anualmente a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior.

Parágrafo Único. Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de Planos de Carreiras dos Servidores Municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 60 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá conceder descontos, anistias, isenções e alternativas para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, Contribuição de Melhoria e Taxas, como forma de incremento da arrecadação e redução da sonegação, na forma da legislação específica, bem como, a concessão de incentivos fiscais na forma da Lei.

Art. 61 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3° da LRF).

Parágrafo Único - Os cancelamentos a que se refere o caput, somente serão realizados, após esgotadas todas as ações de cobrança permitidas, tais como:

I - Cobranças Administrativas;

II - Notificações Extra-judiciais;

III - Processos de Renegociação de Dívidas;

IV - Dentre outros meios legais permitidos.

Art. 62 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2° da LRF).

Art. 63. O Poder Executivo poderá enviar ao Poder Legislativo projetos de lei que tratem de alterações na legislação tributária, tais como:

I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II - revisão das isenções de impostos, taxas e incentivos fiscais, aperfeiçoando seus critérios;

III - revisão do Código de Posturas, de forma a corrigir distorções;

IV - revisão da Planta Genérica de Valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V - instituição de taxas e constituições para custeio de serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade.

Art. 64. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente, segundo a variação estabelecida pelo IPCA-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

CAPÍTULO VII

DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ÀS ENTIDADES PÚBLICAS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 65 - A transferência de recursos para entidades públicas e organizações não governamentais será autorizada mediante cumprimento dos seguintes critérios, concomitantemente:

I - Às entidades públicas, ou ONG's de interesse público, que prestam atendimento direto a população de forma gratuita com atividades de natureza continuada nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação e / ou Cultura, Esportes e Lazer;

II - Apresentação de projeto informando: objetivo a ser alcançado, atividades previstas, público alvo, nº de beneficiários previstos, tempo de duração, forma de avaliação dos objetivos, que contemple objetivos e metas previstos no PPA, LDO e LOA municipal.

Art. 66 - A transferência de recursos a entidades públicas ou não governamentais de interesse público correrá a conta de subvenções sociais.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas submeter-se-ão à fiscalização do poder público com a finalidade de comprovar o cumprimento das metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com suspensão imediata de novos repasses e pena de devolução dos anteriores em caso de não atendimento dos termos do projeto aprovado.

CAPÍTULO VIII

DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR O CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

Art. 67 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local e se houver:

I - disponibilidade orçamentária e financeira;

II - contrapartida do ente da Federação que estiver sendo beneficiado.

Parágrafo Único. A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.

CAPÍTULO IX

DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA NOVOS PROJETOS

Art. 68 - A inclusão de novos projetos na Lei Orçamentária de 2024, e seus créditos adicionais, se fará observando-se o disposto no Artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, e obedecerá aos seguintes critérios:

I - compatibilidade com o PPA 2024 e com as normas desta lei;

II - considerados todos os projetos em andamento;

III - preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV - os recursos alocados destinarem-se à contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

V - visando ao cumprimento de metas de atendimento das necessidades e problemas, por ordem de prioridade, definidas pela própria comunidade em audiências públicas do orçamento participativo.

Parágrafo Único. As restrições a que se refere o caput e, de acordo com o inciso II, considerarão, a vinculação e comprometimento de cada Fonte de Recursos.

CAPÍTULO X

DOS PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Art. 69 - O Prefeito estabelecerá através de Decreto do Poder Executivo, a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso Bimestral, até trinta dias da publicação da Lei Orçamentária Anual, nos termos dos artigos. 8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único. A programação financeira e o cronograma de desembolso serão realizadas e publicadas por Fontes de Recursos.

CAPÍTULO XI

DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR E AO CONTROLE SOCIAL

Art. 70 - Fica assegurada a realização de audiências públicas para levantamento, por ordem de prioridade, das necessidades e problemas de todos os bairros e distritos da zona rural de Alto Paraguai, com ampla divulgação para estimular a participação dos cidadãos, das localidades eventualmente pendentes, visando definição de metas de atendimento das demandas sociais no orçamento 2024.

§ 1º - O Gabinete do Prefeito providenciará a ampla divulgação das metas de atendimento das demandas sociais levantadas através do orçamento participativo, através de demonstrativos regionalizados, estimulando o controle social.

§ 2º - A Lei Orçamentária de 2024, juntamente com seus anexos, ficarão permanentemente à disposição dos cidadãos no site da Prefeitura Municipal e em meio físico, na sede da Secretaria Municipal de Receita e Controle, bem como, deverão ser disponibilizadas no Portal Transparência da Câmara Municipal de Vereadores.

§ 3º - Nas Audiências Públicas Quadrimestrais serão avaliadas as metas fiscais, conforme definidas no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO XII

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 71. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2024, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual sobre as receitas tributárias e de transferências legais e constitucionais auferidas em 2023, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e pela Emenda Constitucional nº 058/2009, de 23 de setembro de 2009.

Art. 72 - A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Câmara Municipal, de acordo com a Emenda Constitucional nº. 29-A e encaminhada ao Poder Executivo até 30 de Setembro de 2023.

CAPÍTULO XIII

DAS EMENDAS IMPOSITIVAS AO ORÇAMENTO

Art. 73 - A apresentação de emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária deverá observar as regras e normas previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do município, na Lei de Responsabilidade Fiscal,

Na Lei 4.320/1964 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias visando garantir que:

I – Sejam indicados os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa;

II – Seja respeitado o limite de gastos com pessoal;

III – As despesas sejam compatíveis com a LDO e o PPA; e

IV – Não haja desvio de recursos para interesses privados.

Art. 74 - Os recursos para a aprovação e programação das emendas impositivas ao Orçamento, limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista no projeto da Lei Orçamentária Anual encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que no mínimo, 50% (cinquenta por cento) deste valor deverá ser destinado a ASPS - Ações e Serv. Públicos de Saúde.

Parágrafo Único - Os recursos de que tratam o caput, serão disponibilizados no Projeto da Lei Orçamentária Anual 2024 na seguinte Programação Orçamentária:

I - Órgão/Unidade: 04 - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

II - Ação: 2016 - Gestão e Manutenção c/ Sec. Planejamento

III - Natureza/Modalidade: 9.9.99.00.00 - Reserva de Contingência

Art. 75 - Na proposição das emendas impositivas devem ser destinados valores à programação compatíveis para a execução do objeto proposto, pois a falta de razoabilidade do valor para a execução do objeto pode se configurar como impedimento técnico a sua realização.

Art. 76 - As emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual tem que ser compatíveis com o Plano Plurianual 2022-2025, bem como com os demais dispositivos constitucionais e legais (LRF, Lei 4.320/1964 e LDO) que regem a matéria, com vistas a garantir, por exemplo, que não seja criada nova despesa que conflite com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos no PPA, assim como, que não sejam anuladas dotações orçamentárias vinculadas as áreas da saúde educação para o atendimento de emendas com finalidades diversas.

Art. 77 - A Câmara Municipal deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão cópia das emendas aprovadas na Lei Orçamentária e seus respectivos Projetos e Atividades para fins de cadastramento e atualização no Sistema de Controle e Gerenciamento do Planejamento Contábil, para emissão dos anexos e quadros da LOA, os quais devem ser atualizados antes de serem sancionados.

Art. 78 - As Programações incluídas por emendas impositivas poderão ser contingenciadas na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias aprovadas no orçamento nos casos de comprometimento das metas fiscais estabelecidas na LDO.

Art. 79 - A execução das emendas impositivas com a finalidade de descentralizar recursos do Município para Organização da Sociedade Civil a título de auxílio, contribuições e subvenções sociais estão condicionadas à observância das regras definidas em capítulo específico da Lei de Diretrizes Orçamentárias (capítulo II, seção I, subseção II, artigos 18 a 24).

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 80 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser encaminhada ao Poder Executivo no prazo estipulado no Art. 72 ou em legislação especial, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 81 - Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2024, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução bimestral de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, os anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e até 30 (trinta) dias após o encerramento do semestre, os demais anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2024, e de fevereiro de 2025, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, com participação da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 82 - A transparência da gestão fiscal será assegurada mediante incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA.

Art. 83 - As contas apresentadas pelo Prefeito Municipal ficarão disponíveis, durante todo o exercício na Câmara de Vereadores e na Prefeitura, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Art. 84 - Os instrumentos de transparência da gestão fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 85 - O Município fica autorizado a buscar junto à União e Estado, assistência técnica e cooperação financeira para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. A assistência técnica referida neste artigo consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia, bem como no apoio à divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, dos instrumentos de transparência da gestão fiscal.

Art. 86 - Na ocorrência de calamidade pública reconhecida, estarão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas, enquanto perdurar a situação, para a recondução da dívida e das despesas com pessoal ao limite exigido.

Art. 87 - O Projeto de Lei Orçamentária anual será enviado ao Poder Legislativo para aprovação e devolvido ao Poder Executivo para sanção, nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal.

§ 1º -. Na hipótese do projeto de lei orçamentária anual não haver sido sancionado até 31 de dezembro de 2023, fica autorizada a execução da proposta orçamentária, originalmente encaminhada a Câmara de Vereadores, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

§ 2º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usado como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício 2023, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 88 - Serão consideradas legais despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 89 - Serão consideradas legais despesas com atendimento a determinação judicial para fornecimento de medicamentos, exames e outros gastos.

Art. 90 – Fica determinado o encaminhamento como Anexo dessa Lei o Demonstrativo de Obras em Andamento.

Art. 91 – Fica autorizado a suplementação para remanejamento, transferências e transposições de uma secretaria para outra e dentro da própria secretaria, bem como, outros critérios para realização de créditos adicionais.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo, autorizado a inserir fontes de recursos em projetos, atividades e operações especiais existentes, procedendo a sua abertura, através de decreto orçamentário.

Art. 92 - A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá a estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 93 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 94 - Os Fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 95 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alterações à Proposta Orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos à Créditos Adicionais a que se refere o Artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 96 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária que:

I - Não sejam compatíveis com esta Lei;

II - Não indiquem os recursos necessários, em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas àquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

III – Provoquem desequilíbrio orçamentário das Fontes de Recursos;

IV – Em se tratando de cortes e / ou exclusões, não estejam acompanhadas de justificativa técnica;

V - Provoquem desequilíbrio orçamentário entre as Receitas previstas para Convênios celebrados e as Despesas correspondentes.

VI - Provoquem divergência entre a Meta de Resultado Primário aprovada na LDO e as Receitas e Despesas fixadas na LOA;

Art. 97. As transferências voluntárias que por ventura se fizerem necessárias a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira poderão ser feitas, desde que, atendidas as hipóteses do art. 25 e 62 da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 98 - Ocorrendo assistência pela União prevista no Art. 64 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá, encaminhar junto com Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Anexo de Metas Fiscais para o triênio seguinte e o Anexo de Riscos Fiscais na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 99 - É parte integrante dos anexos de metas e riscos fiscais, os demonstrativos de memória e metodologia de cálculo, bem como, as Notas Explicativas apresentadas junto a esta lei, seus quadros e demonstrativos.

Art. 100. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Alto Paraguai/MT, 28 de Dezembro de 2023.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE ANEXOS - LEI Nº 660/2023:

Os Anexos de Metas e Riscos Fiscais da Lei Municipal nº 660/2023 (LDO 2024) serão disponibilizados no sítio da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai no seguinte endereço eletrônico:

<http://portal.prefaltoparaguai-mt.agilicloud.com.br>

Alto Paraguai, 29 de Dezembro de 2023.

**RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2023 - ELEIÇÃO DO CONSELHO
TUTELAR – GESTÃO 2024/2028**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2023

ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – GESTÃO 2024/2028

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, Prefeito do Município de Paraguai-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e conforme **Edital Nº 01/2023/CMDCA do Processo de Escolha Unificado do Conselho Tutelar do Município de Alto Paraguai-MT.**

C O N V O C A

Os abaixo relacionados eleitos na eleição para Conselheiro Tutelar, que deverão comparecer no prazo de até, **no máximo o dia 09 de janeiro do ano de 2024**, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT, no horário das 7:00 às 11:00 das 13:00 às 17:00, apresentando as seguintes documentações para, posteriormente, serem empossados e assumirem suas funções/mandato no cargo eletivo de Conselheiros Tutelares do município de Alto Paraguai-MT., em conformidade com a Legislação pertinente:

- a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- c) Cópia autenticada em cartório do CPF;
- d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- e) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento ou casamento;
- f) Cópia do Cartão de Cadastro do PIS/PASEP (se tiver);
- g) Comprovante de Endereço;
- h) Uma fotografia, tamanho 3x4 recente, colorida;
- i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional /especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;
- j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;
- k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo para demonstração de compatibilidade com o horário disponível interesse do Órgão Público;
- l) Declaração de antecedentes criminais;
- m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;
- n) Atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental;
- o) Comprovante de Conta Corrente ou / Salário;
- p) Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos (menores de 18 anos);
- q) declaração de Escolaridade dos Filhos (menores de 18 anos);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024 ANEXO 1 - METAS E PRIORIDADES

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0001 - GESTAO EFICAZ

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1017 - IMPLANTAR COMPLIANCE NA GESTAO MUNICIPAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 122 - Administração geral	A: 1084 - AMPLIACAO, REFORMA E CONSTRUCAO DA SECR. DE ASSISTENCIA SOCIAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 122 - Administração geral	A: 1085 - AQUISICAO DE VEICULO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 122 - Administração geral	A: 1086 - EQUIPAR E MOBILIAR A SECR. DE ASSISTENCIA SOCIAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 122 - Administração geral	A: 1101 - REGULARIZACAO FUNDIARIA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 122 - Administração geral	A: 1102 - CONTRIBUICAO E PART. NO CONSORCIO DO RIO PARAGUAI P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1125 - PROJETOS DE REGULARIZACAO FUNDARIA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 122 - Administração geral	A: 1128 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS P/ CULTURA E TURISMO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0001 - GESTAO EFICAZ

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 122 - Administração geral	A: 1129 - EQUIPAR E MOBILIAR P/ SECRETARIA CULTURA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	27 - Desporto e lazer 122 - Administração geral	A: 1146 - AQUISICAO DE VEICULO P/ DEPARTAMENTO DE DESPORTO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	27 - Desporto e lazer 122 - Administração geral	A: 1147 - EQUIPAR E MOBILIAR DEPARTAMENTO DESPORTO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 2.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	27 - Desporto e lazer 122 - Administração geral	A: 1148 - CONSTRUCAO DE GINASIO POLESPORTIVO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 6.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO 001 - GABINETE DO PREFEITO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2002 - GESTÃO E MANUTENÇÃO COM GABINETE DA PREFEITO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 975.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO 003 - CONTROLADORIA GERAL	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2004 - GESTAO E MANUTENCAO COM A CONTROLADORIA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 247.192,00
02 - GABINETE DO PREFEITO 004 - ASSESSORIA JURIDICA	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2005 - GESTAO E MANUTENCAO COM A ASSESSORIA JURIDICA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 230.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO 005 - JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2006 - GESTAO E MANUTENCAO COM A JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 150.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROLE	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2007 - GESTAO E MANUTENCAO COM A SECRETARIA RECEITA E CONTROLE P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.600.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROLE	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2009 - GESTAO E MANUT. COM A AG. MUNICIPAL DE TRANSITO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 28.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0001 - GESTAO EFICAZ

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 004 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2010 - GESTAO E MANUTENCAO COM DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO E TRIBUTOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 258.428,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2016 - GESTAO E MANUTENCAO COM A SECRET. PLANEJAMENTO E GESTAO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.100.000,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2017 - CAPACITACAO CONTINUADA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2018 - REALIZACAO DE CONCURSO E PROCESSO SELETIVO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2020 - GESTAO E MANUT. DA SECRET. DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO P: GESTAO DE ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.900.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO	15 - Urbanismo 451 - Infra-estrutura urbana	A: 2021 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUN. DO FETHAB P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2027 - GESTAO E MANUT.COM O DEP. AGUA DAE P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.300.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 001 - GABINTE DA SECRETARIA DE EDUCACAO - SME	12 - Educação 122 - Administração geral	A: 2028 - GESTAO E MANUTENCAO COM A SECRETARIA EDUCACAO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 480.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0001 - GESTAO EFICAZ

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 001 - GABINTE DA SECRETARIA DE EDUCACAO - SME	12 - Educação 122 - Administração geral	A: 2029 - CAPACITACAO CONTINUADA DE SERVIDORES DA EDUCACAO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 001 - GABINTE DA SECRETARIA DE EDUCACAO - SME	12 - Educação 122 - Administração geral	A: 2030 - MANUTENCAO COM OS CONSELHOS MUNIC. DE EDUCACAO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 122 - Administração geral	A: 2051 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 122 - Administração geral	A: 2052 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.634.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 122 - Administração geral	A: 2069 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 50.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 122 - Administração geral	A: 2070 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 734.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 122 - Administração geral	A: 2081 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 610.000,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2085 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 100.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 122 - Administração geral	A: 2086 - GESTAO E MANUT. SECRETARIA CULTURA E DESPORTO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 120.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0001 - GESTAO EFICAZ

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 122 - Administração geral	A: 2087 - MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 5.618,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 122 - Administração geral	A: 2088 - MANUTENÇÃO COM O CONSELHO DA CULTURA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 5.618,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	23 - Comércio e serviços 122 - Administração geral	A: 2089 - MANUTENÇÃO DA DEPARTAMENTO DE TURISMO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 5.618,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	23 - Comércio e serviços 122 - Administração geral	A: 2090 - ESTRUTURAÇÃO E EXECUCAO DE ATIVIDADES TURISTICAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 5.618,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	27 - Desporto e lazer 122 - Administração geral	A: 2091 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEPARMENTO DE DESPORTO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 227.580,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROLE	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2100 - REGULARIZAÇÃO E RESTITUIÇÕES A CONVÊNIOS DIVERSOS P: GESTÃO EM ANDAMENTO	A	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 10.000,00
14 - SECRETARIA DISTRITAL DE CAPÃO VERDE 001 - SUB PREFEITURA DE CAPÃO VERDE	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 2104 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SUB PREFEITURA CAPÃO VERDE P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	UNID	Meta Física 0,00 Meta Financeira 234.037,09

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 12.138.361,09

Programa: 0002 - GESTAO ESTRUTURADA E MODERNA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
02 - GABINETE DO PREFEITO 001 - GABINETE DO PREFEITO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1007 - AQUISICAO DE VEICULOS PARA O GABINETE E SUAS UNIDADES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 5.618,00

Data: 04/01/2024 13:06:04

Página: 5 de 28



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0002 - GESTAO ESTRUTURADA E MODERNA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
02 - GABINETE DO PREFEITO 001 - GABINETE DO PREFEITO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1008 - EQUIPAR E MOBILIAR O GABINETE E SUAS UNIDADES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO 003 - CONTROLADORIA GERAL	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1009 - EQUIPAR E MOBILIAR A CONTROLADORIA GERAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 33.708,00
02 - GABINETE DO PREFEITO 004 - ASSESSORIA JURIDICA	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1010 - EQUIPAR E MOBILIAR A ASSESSORIA JURIDICA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 20.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO 005 - JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1011 - EQUIPAR E MOBILIAR A JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 21.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROLE	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1012 - ADQUIRIR E MOBILIAR A SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROLE	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1013 - AQUISICAO DE VEICULO PARA SECRETARIA RECEITA CONTROLE P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 8.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 004 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1014 - EQUIPAR E MOBILIAR O DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO E TRIBUTOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 16.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 004 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1015 - AQUISICAO VEICULO/MOTO P/DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO E TRIBUTOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 56.180,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROLE	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1016 - REFOR. AMPLIACAO E ESTRU. DO PREDIO DA TRIBUTACAO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1018 - REFORMA E REVITALIZACAO DO ESPACO MUNICIPAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0002 - GESTAO ESTRUTURADA E MODERNA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1019 - EQUIPAR E MOBILIAR A SEC.ADMINISTRACAO E SUAS UNIDADES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1021 - AQUISICAO DE VEICULOS PARA A SERCRETARIA E SUAS UNIDADES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1022 - AQUISICAO DE IMOVEIS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1024 - AQUISICAO DE VEICULO PARA SEC. DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MÊS Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1025 - EQUIPAR E MOBILIAR A SECRET. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1037 - AMPLIACAO, REFORMA E CONSTRUCAO DA SUAS UNIDADES DEPART. AGUA E ESGOTO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1038 - AQUISICAO DE VEICULO P/ O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1039 - EQUIPAR E MOBILIAR O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0002 - GESTAO ESTRUTURADA E MODERNA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 001 - GABINTE DA SECRETARIA DE EDUCACAO - SME	12 - Educação 122 - Administração geral	A: 1043 - AQUISICAO DE VEICULO PARA GESTAO EDUCACIONAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 001 - GABINTE DA SECRETARIA DE EDUCACAO - SME	12 - Educação 122 - Administração geral	A: 1045 - EQUIPAR E MOBILIAR A SEC. DE EDUCACAO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 122 - Administração geral	A: 1063 - AQUISICAO DE VEICULO PARA SECRETARIA DE SAUDE P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 122 - Administração geral	A: 1064 - AMPLIACAO, REFORMA E CONSTRUCAO DA SECRETARIA DE SAUDE P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 20.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 122 - Administração geral	A: 1065 - EQUIPAR E MOBILIAR A SECRETERIA DE SAUDE P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 16.854,00
09 - SECRETARI A MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 122 - Administração geral	A: 1103 - AQUISICAO DE VEICULOS PARA ATENDER SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
09 - SECRETARI A MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 122 - Administração geral	A: 1104 - EQUIPAR E MOBILIAR A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.000,00
09 - SECRETARI A MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 122 - Administração geral	A: 1105 - AMPLIACAO, REFORMA E CONSTR. DO PREDIO DA SECRET. DESENVOLV. ECONOMICO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1126 - EQUIPAR E MOBILIAR A SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 16.854,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	04 - Administração 122 - Administração geral	A: 1127 - AQUISICAO DE VEICULOS PARA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0002 - GESTAO ESTRUTURADA E MODERNA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 004 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	28 - Encargos especiais 843 - Serviço da dívida interna	A: 2011 - AMORTIZACAO DE DIVIDA INSS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 215.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 004 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	28 - Encargos especiais 843 - Serviço da dívida interna	A: 2012 - AMOTIZACAO DE DIVIDA ENERGISA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 100.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 004 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	28 - Encargos especiais 843 - Serviço da dívida interna	A: 2013 - AMORTIZACAO E ENC. DE PRECATORIOS E SENTENCAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 300.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROLE	28 - Encargos especiais 846 - Outros encargos especiais	A: 2014 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PASEP P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	0,00 500.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 004 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	28 - Encargos especiais 843 - Serviço da dívida interna	A: 2099 - AMORTIZACAO E REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS DIVERSAS P: GESTÃO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 110.000,00
Total do Programa:					1.578.574,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Programa: 0003 - EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 1046 - AQUISICAO DE VEICULOS/ONIBUS ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 1047 - AMPLIACAO, REFORMA E CONSTRUCAO DE ESCOLA ENSINO FUNDAMENTAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 150.000,00

Data: 04/01/2024 13:06:04

Página: 9 de 28



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28

Rua Tiradentes, 40 – Centro

Alto Paraguai - MT

CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0003 - EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 1048 - REESTRUTURAR A FANFARRA DO ENSINO FUNDAMENTAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 1049 - AQUISICAO DE KITS ESCOLARES, UNIFORMES, MOCHILAS PARA ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 1050 - EQUIPAR E MOBILIAR AS UNIDADES ENS. FUNDAMENTAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 1051 - AQUISICAO DE JOGOS E BRINQUEDOS PEDAGOGICOS ENSINO FUNDAMENTAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 16.854,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 1052 - IMPLANTAR A EDUCACAO TEMPO INTEGRAL ENSINO FUNDAMENTAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 16.854,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 1054 - IMPLANTACAO E REESTRUTURACAO BIBLIOTECAS NAS UNIDADES ESCOLARES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 1055 - CONSTRUCAO COMPLEXO EDUCACIONAL ESCOLA MODELO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 4.950.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 1056 - AQUISICAO DE VEICULOS ONIBUS ESCOLAR ENSINO INFANTIL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 1057 - AMPLIACAO, REFORMA E CONSTRUCAO DE ESCOLAS ENSINO INFANTIL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0003 - EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 1058 - AQUISICAO DE KITS ESCOLARES, UNIFORMES E MOCHILAS PARA OS ALUNOS ENS.INFANTIL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 1059 - AQUISICAO DE JOGOS PEDAGOGICOS E BRINQUEDOS ENS. INFANTIL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 1060 - EQUIPAR E MOBILIAR PARA UNIDADES ENSINO INFANTIL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 2032 - MANUTENCAO DE MAIS ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL REC. PROPRIOS 5% P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 700.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 2033 - MANUTENCAO COM SALARIO EDUCACAO ENSINO FUNDAMENTAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 310.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 2034 - MANTER ALIMENTACAO ESCOLAR ENS. FUNDAMENTAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 195.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 2035 - MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.100.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 2036 - MANUTENÇÃO COM SALARIO EDUCAÇÃO - ENS. INFANTIL - PRE ESCOLA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 2038 - MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 20.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0003 - EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 2039 - MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR- ENS.INFANTIL - PRE ESCOLA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 2040 - MANTER ALIMENTACAO ESCOLAR ENS. INFANTIL CRECHES P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 50.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 2041 - MANTER ALIMENTACAO ESCOLAR - ENS. INFANTIL PRE ESCOLAR P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 2042 - MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES INFANTIL - CRECHE - REC.PROPRIO (5%) P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 320.226,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 003 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 2043 - MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES INFANTIL - PRE ESCOLA - REC.PROPRIO (5%) P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 112.360,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 005 - FUNDO DE SENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 2045 - REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL -FUNDEB 70% P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 4.262.629,76
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 005 - FUNDO DE SENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	12 - Educação 361 - Ensino fundamental	A: 2046 - MANUTEÇÃO E DESENVOLV. ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 30% P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 122.370,24
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 005 - FUNDO DE SENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 2047 - REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC.INFANTIL - PRE-ESCOLA -FUNDEB 70% P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 35.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 005 - FUNDO DE SENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 2048 - REMUNERAÇÃO PROFISSIONAIS EDUC. INFANTIL- CRECHE - FUNDEB 70% P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.040.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0003 - EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 005 - FUNDO DE SENNVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 2049 - MANUTENÇÃO E DESENVOLV. ENS. INFANTIL - PRE- ESCOLA -FUNDEB 30% P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 20.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME 005 - FUNDO DE SENNVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	12 - Educação 365 - Educação infantil	A: 2050 - MANUTENÇÃO E DESENVOLV. ENS. INFANTIL - CRECHE -FUNDEB 30% P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	0,00 20.000,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 13.577.800,00

Programa: 0004 - PROTECAO E INCLUSAO SOCIAL PRODUTIVA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 244 - Assistência comunitária	A: 1087 - EQUIPAR E MOBILIAE UNIDADES DO SUAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 244 - Assistência comunitária	A: 1088 - REFORMA, AMPLIACAO E CONSTRUCAO DAS UNIDADES DO SUAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 244 - Assistência comunitária	A: 1089 - FOMENTO E PARCERIAS NAS ACOES DE FORMACAO PROFISSIONAL CIDADÁ P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 244 - Assistência comunitária	A: 1090 - CONTRIBUCAO A COOPERATIVAS E ASSOCIACOES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 60.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 244 - Assistência comunitária	A: 1091 - IMPLEMENTACAO DA CENTRAL DE PROJETOS SOCIAIS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28

Rua Tiradentes, 40 – Centro

Alto Paraguai - MT

CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0004 - PROTECAO E INCLUSAO SOCIAL PRODUTIVA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 244 - Assistência comunitária	A: 1092 - ATENCAO SOCIAL AS PESSOAS PORT. DE NECE. ESPECIAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 002 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	08 - Assistência social 243 - Assistência à criança e ao adolescente	A: 1094 - EQUIPAR E MOBILIAR A UNIDADE DO CONSELHO TUTELAR P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 002 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	08 - Assistência social 243 - Assistência à criança e ao adolescente	A: 1095 - AQUISICAO DE VEICULO PARA CONSELHO TUTELAR P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 002 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	08 - Assistência social 243 - Assistência à criança e ao adolescente	A: 1096 - AMPLIACAO, REFORMA E CONSTRUCAO DE UNIDADES FMDCA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 243 - Assistência à criança e ao adolescente	A: 1097 - CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DA CASA LAR CRIANÇAS E ADOLESCENTES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 003 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	08 - Assistência social 241 - Assistência ao idoso	A: 1098 - AQUISICAO DE VEICULO PARA ATENDER O FUNDO MUNIC. IDOSOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 003 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	08 - Assistência social 241 - Assistência ao idoso	A: 1099 - EQUIPAR E MOBILIAR O FUNDO MUNIC. IDOSO E SUAS UNIDADES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 241 - Assistência ao idoso	A: 1100 - AMPLIACAO, REFORMA E CONSTRUCAO DO LAR ABRIGO DOS IDOSOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 002 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	08 - Assistência social 243 - Assistência à criança e ao adolescente	A: 2076 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL - CMDCA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0004 - PROTECAO E INCLUSAO SOCIAL PRODUTIVA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 002 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	08 - Assistência social 243 - Assistência à criança e ao adolescente	A: 2077 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ATIVIDADES CONSELHO TUTELAR P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 300.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 002 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	08 - Assistência social 243 - Assistência à criança e ao adolescente	A: 2078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - FMDCA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 003 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	08 - Assistência social 241 - Assistência ao idoso	A: 2079 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO IDOSO - CMI P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 003 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	08 - Assistência social 241 - Assistência ao idoso	A: 2080 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNIC. IDOSO - FUMAPI P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 243 - Assistência à criança e ao adolescente	A: 2102 - IMPLANTAR E MANTER PROGRAMA "SEGURA MINHA MÃO" P: JUVENTUDE ASSISTIDA	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	0,00 10.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 244 - Assistência comunitária	A: 2105 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMILIA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	Un Meta Física Meta Financeira	0,00 110.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 244 - Assistência comunitária	A: 2106 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-CRÁS P: GESTÃO EM ANDAMENTO	A	Un Meta Física Meta Financeira	0,00 600.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 244 - Assistência comunitária	A: 2107 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	Un Meta Física Meta Financeira	0,00 80.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08 - Assistência social 244 - Assistência comunitária	A: 2108 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	Un Meta Física Meta Financeira	0,00 10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0004 - PROTECAO E INCLUSAO SOCIAL PRODUTIVA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024	
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08 - Assistência social	A: 2109 - MANUTENÇÃO COM PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVEL	A	Un	Meta Física Meta Financeira	0,00 5.000,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	P: GESTÃO EM ANDAMENTO				

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 1.280.000,00

Programa: 0005 - MORADIA CIDADADA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024	
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	16 - Habitação	A: 1093 - ACOES E PROJETOS HABITACIONAIS	P	MENSAL	Meta Física Meta Financeira	12,00 1.000,00
004 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	482 - Habitação urbana	P: GESTAO EM ANDAMENTO				
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO	16 - Habitação	A: 1170 - IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	P	UNID	Meta Física Meta Financeira	0,00 100.000,00
002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	482 - Habitação urbana	P: CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS				

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 101.000,00

Programa: 0006 - ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024	
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO	27 - Desporto e lazer	A: 1149 - REALIZACAO E APOIO DE EVENTOS ESPORTIVOS	P	MENSAL	Meta Física Meta Financeira	12,00 22.472,00
001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	812 - Desporto comunitário	P: GESTAO EM ANDAMENTO				
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO	27 - Desporto e lazer	A: 1151 - REFORMA E REVITALIZACAO DE CENTROS E UNIDADES ESPORTIVAS	P	MENSAL	Meta Física Meta Financeira	12,00 37.580,00
001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	812 - Desporto comunitário	P: GESTAO EM ANDAMENTO				
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO	27 - Desporto e lazer	A: 1152 - IMPLANTAR NOVOS ESPACOS DE ESPORTE E LAZER NOS BAIRROS	P	MENSAL	Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	812 - Desporto comunitário	P: GESTAO EM ANDAMENTO				

Data: 04/01/2024 13:06:04

Página: 16 de 28



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0006 - ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	27 - Desporto e lazer 812 - Desporto comunitário	A: 1153 - ACOES DE APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 16.854,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	27 - Desporto e lazer 812 - Desporto comunitário	A: 1161 - CONSTRUÇÃO GINÁSIO DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO P: OBRAS EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	0,00 10.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	27 - Desporto e lazer 812 - Desporto comunitário	A: 1168 - CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY P: CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY	P	PERCENTUAL Meta Física Meta Financeira	0,00 10.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	27 - Desporto e lazer 813 - Lazer	A: 2092 - MANUTENÇÃO, AMPLIÇÃO E REFORMA DE PRACAS E ESPACOS DE LAZER P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 55.000,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 157.524,00

Programa: 0007 - SAUDE MAIS PERTO DO CIDADAO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 301 - Atenção básica	A: 1066 - AMPLIAÇÃO, REFORMA E DAS UNIDADES - AT. BÁSICA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 301 - Atenção básica	A: 1067 - AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA ATENÇÃO BASICA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 301 - Atenção básica	A: 1068 - CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES DA AT. BÁSICA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 33.198,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 301 - Atenção básica	A: 1069 - EQUIPAR E MOBILIAR UNIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 301 - Atenção básica	A: 1070 - CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA DA ACADEMIA DA SAÚDE - AT. BÁSICA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00

Data: 04/01/2024 13:06:04

Página: 17 de 28



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0007 - SAUDE MAIS PERTO DO CIDADAO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 1071 - AMPLIAÇÃO, REFORMAS E CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES - MAC P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 1072 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS P/ TRANSPORTE ELETIVO - MAC P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 1073 - AQUISIÇÃO DE AMBULANCIAS - MAC P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.300,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 1074 - EQUIPAR E MOBILIAR DEMAIS UNIDADES DA MEDIA E ALTA - MAC P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 1075 - EQUIPAR E MOBILIAR O PRONTO ATENDIMENTO - P.A P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 1076 - AMPLIAÇÃO, REFORMA E CONSTRUÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 41.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 1077 - IMPLANTAR O CENTRO DE ESPECIALIDADES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 12.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 303 - Suporte profilático e terapêutico	A: 1078 - EQUIPAR E MOBILIA A FARMACIA BASICA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 304 - Vigilância sanitária	A: 1081 - AQUISIÇÃO DE VEICULO MOTO PARA VIGILANCIA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 305 - Vigilância epidemiológica	A: 1083 - AQUISICAO DE VEICULO MOTO PARA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 301 - Atenção básica	A: 1169 - AQUISIÇÃO DE AMBULANCIAS P: AQUISIÇÃO DE AMBULANCIAS	P	VEICULO Meta Física Meta Financeira	0,00 10.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 301 - Atenção básica	A: 2053 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 2.081.140,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 301 - Atenção básica	A: 2054 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 700.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0007 - SAUDE MAIS PERTO DO CIDADAO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 301 - Atenção básica	A: 2055 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	0,00 110.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 301 - Atenção básica	A: 2057 - MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 26.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 2058 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 295.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 2059 - CONTRIBUICOES A CONSORCIOS INTERMUN. DE SAÚDE P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 220.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 2060 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO LABORATORIO P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 350.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 2061 - MANUTENÇÃO DA S ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 2.400.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 2062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DEMAIS AÇÕES DO MAC P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 600.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial	A: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA - UDR P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	0,00 65.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 303 - Suporte profilático e terapêutico	A: 2064 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FARMACIA MUNICIPAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 714.210,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 305 - Vigilância epidemiológica	A: 2066 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 350.000,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 8.113.972,00

Programa: 0008 - INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	15 - Urbanismo 451 - Infra-estrutura urbana	A: 1026 - AQUISICAO DE IMOVEIS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00

Data: 04/01/2024 13:06:05

Página: 19 de 28



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28

Rua Tiradentes, 40 – Centro

Alto Paraguai - MT

CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0008 - INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	15 - Urbanismo 451 - Infra-estrutura urbana	A: 1027 - PAVIMENTACAO E DRENAGEM NO PERIMETRO URBANO E RURAL P: GESTAO DE ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 6.937.910,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	15 - Urbanismo 451 - Infra-estrutura urbana	A: 1029 - CONST. E RECUP. DE CALC. EM PARARALELEPIEDOS NA CD P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	26 - Transporte 782 - Transporte rodoviário	A: 1031 - AQUISAO DE VEICULOS, CAMINHOES E MAQUINAS PESADAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 25.200,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	26 - Transporte 782 - Transporte rodoviário	A: 1032 - PARCERIAS E CONVENIOS NO ASFALTAMNETO DE RODOVIAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	26 - Transporte 782 - Transporte rodoviário	A: 1033 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA SERVICO E OBRAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.100,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	26 - Transporte 782 - Transporte rodoviário	A: 1034 - CONSTRUCAO DE PONTES DE CONCRETO E BUEIROS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 191.874,19
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	26 - Transporte 782 - Transporte rodoviário	A: 1035 - IMPLANTACAO DE ADUELAS NAS ESTRADAS DO MUNICIPIO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 100.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	26 - Transporte 782 - Transporte rodoviário	A: 1036 - CONSTRUCAO E REFORMA DE PONTES, GALERIAS E BUEIROS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 180.100,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	15 - Urbanismo 451 - Infra-estrutura urbana	A: 1154 - AQUISICAO DE CAMINHAO DE LIXO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	15 - Urbanismo 451 - Infra-estrutura urbana	A: 1155 - AMPLIACAO E REFORMA DO CEMITERIO MUNICIPAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	26 - Transporte 782 - Transporte rodoviário	A: 1158 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS -Convênio nº 0785-2021 P: OBRAS EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	0,00 10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0008 - INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	26 - Transporte 782 - Transporte rodoviário	A: 1159 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NA RODOVIA DO PEIXE, RIO FAZ. VELHA-Convênio nº 1021-2021 P: OBRAS EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	0,00 10.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	27 - Desporto e lazer 813 - Lazer	A: 1166 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E ESPAÇOS DE LAZER P: OBRAS EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	0,00 10.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	27 - Desporto e lazer 813 - Lazer	A: 1167 - CONSTRUÇÃO DO PARQUE NASCENTES DAS AGUAS P: OBRAS EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	0,00 7.000.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	15 - Urbanismo 451 - Infra-estrutura urbana	A: 2022 - MANUT. E RECUPERACAO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS, BUEIROS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 200.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	15 - Urbanismo 451 - Infra-estrutura urbana	A: 2023 - MANUT. DE VEICULOS, MAQUINARIOS E EQUIP. OPERACIONAIS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 760.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	26 - Transporte 782 - Transporte rodoviário	A: 2025 - MANUT. E CONSERV. DA ESTR. VICINAIS, BUEIROS E PONTES. P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.011.240,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS	26 - Transporte 782 - Transporte rodoviário	A: 2026 - MANUTENCAO DE SINALIZACAO DE VIAS PUBLICAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 191.100,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	15 - Urbanismo 451 - Infra-estrutura urbana	A: 2093 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 483.148,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	15 - Urbanismo 451 - Infra-estrutura urbana	A: 2094 - MANUTENCAO DE SINALIZACAO DE VIAS PUBLICAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 112.360,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	25 - Energia 752 - Energia elétrica	A: 2097 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 415.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0008 - INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	25 - Energia	A: 2098 - MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINACAO PUBLICA	A	MENSAL	Meta Física 12,00
001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	752 - Energia elétrica	P: GESTAO EM ANDAMENTO			Meta Financeira 112.360,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 17.809.482,19

Programa: 0009 - ESPACO URBANO HUMANIZADO, ESTRUTURA E COM

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO	17 - Saneamento	A: 1040 - AMPLIACAO E MELHORIA DOS SIS. DE ESGOTAMENTO SANITARIO	P	MENSAL	Meta Física 12,00
005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	512 - Saneamento básico urbano	P: GESTAO EM ANDAMENTO			Meta Financeira 11.236,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO	17 - Saneamento	A: 1041 - AMPLIACAO E MELHORIA DO SIS. ABASTE. DE AGUA	P	MENSAL	Meta Física 12,00
005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	512 - Saneamento básico urbano	P: GESTAO EM ANDAMENTO			Meta Financeira 5.587.511,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO	17 - Saneamento	A: 1042 - CONSTRUCAO E IMPLANT. RESERVATORIO PLANALTO	P	MENSAL	Meta Física 12,00
005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	512 - Saneamento básico urbano	P: GESTAO EM ANDAMENTO			Meta Financeira 11.236,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	15 - Urbanismo	A: 2096 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PUBLICA	A	MENSAL	Meta Física 12,00
001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	452 - Serviços urbanos	P: GESTAO EM ANDAMENTO			Meta Financeira 202.248,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 5.812.231,00

Programa: 0010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONOMICO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura	A: 1106 - FOMENTO A PRODUÇÃO DE HORTOFRUTIGRANGEIROS	P	MENSAL	Meta Física 12,00
002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	601 - Promoção da produção vegetal	P: GESTAO EM ANDAMENTO			Meta Financeira 150.000,00

Data: 04/01/2024 13:06:05

Página: 22 de 28



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28

Rua Tiradentes, 40 – Centro

Alto Paraguai - MT

CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONOMICO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 601 - Promoção da produção vegetal	A: 1107 - CONCLUSAO DE OBRA DA AGRO INDUSTRIA FARINHEIRA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 601 - Promoção da produção vegetal	A: 1108 - AQUI. DE MAQUINAS, CAMINHOES, E EQUIP. P/ A PRODUCAO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 160.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 608 - Promoção da produção agropecuária	A: 1110 - REFORMA E AMPLIACAO DE ABATEDOURO DE PEIXES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 608 - Promoção da produção agropecuária	A: 1111 - AQUISICAO DE INSUMOS AGRICOLAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 608 - Promoção da produção agropecuária	A: 1112 - IMPLANTACAO DE PISCICULTURA E APICULTURA NA REGIAO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 608 - Promoção da produção agropecuária	A: 1113 - CONFECCAO DE VIVEIROS PARA PISCICULTURA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 608 - Promoção da produção agropecuária	A: 1114 - FOMENTO A CAPACIT. E APOIO TECNICO DE PRODUTORES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 608 - Promoção da produção agropecuária	A: 1116 - AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA PARA AGRI. FAMILIAR P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 608 - Promoção da produção agropecuária	A: 1117 - AQUISICAO DE MAQUINAS, CAMINHOES E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 16.854,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONOMICO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 608 - Promoção da produção agropecuária	A: 1118 - INCENTIVO E FOMENTO A PRODUCAO RURAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 10.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 608 - Promoção da produção agropecuária	A: 1160 - IMPLANTAÇÃO FÁBRICA DE RAÇÃO P/ BOVINOS P/ ATENDER PEQUENOS AGRIC. CV 0081-2021 P: OBRAS EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	0,00 10.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - Saúde 304 - Vigilância sanitária	A: 2065 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA SANITARIA P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 112.360,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20 - Agricultura 608 - Promoção da produção agropecuária	A: 2082 - MANUTENCAO E CONSERVACAO DE MAQ. E PATRU. DA AGRI P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 210.000,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 715.158,00

Programa: 0011 - MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	18 - Gestão ambiental 542 - Controle ambiental	A: 1119 - CONSTRUCAO E REGULARIZACAO DO ATERRO SANITARIO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	18 - Gestão ambiental 542 - Controle ambiental	A: 1121 - RECUPERACAO DE MATAS CILIARES P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	18 - Gestão ambiental 542 - Controle ambiental	A: 1122 - IMPLANTACAO DE VIVEIRO MUNICIPAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0011 - MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	18 - Gestão ambiental 542 - Controle ambiental	A: 1123 - RECUP. E REVITA. DE LAGOS, CORREGOS E AREAS DEGRADADAS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	18 - Gestão ambiental 542 - Controle ambiental	A: 1124 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA COMBATE DE INCENDIOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	18 - Gestão ambiental 542 - Controle ambiental	A: 2083 - GESTAO E MANUTENCAO DO DEPAR. DE MEIO AMBIENTE P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 56.180,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	18 - Gestão ambiental 542 - Controle ambiental	A: 2084 - GESTAO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE P: GESTAO EM ANDAMENTO	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 100.506,00

Programa: 0012 - SEGURANCA PRO ATIVA E INTELIGENTE

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO	06 - Segurança pública 183 - Informação e inteligência	A: 1157 - IMPLANTAÇÃO DE CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO E OCR P: GESTÃO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 11.236,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 11.236,00

Programa: 0015 - PROCESSO LEGISLATIVO EM AÇÃO

Objetivo: PROCESSO LEGISLATIVO EM AÇÃO

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
01 - CAMARA MUNICIPAL 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - Legislativa 031 - Ação legislativa	A: 1001 - DIVULGAÇÃO, PUBLIC. E TRANSP. DOS ATOS LEGISLATIVO P: GESTÃO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.955,08

Data: 04/01/2024 13:06:05

Página: 25 de 28



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0015 - PROCESSO LEGISLATIVO EM AÇÃO

Objetivo: PROCESSO LEGISLATIVO EM AÇÃO

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
01 - CAMARA MUNICIPAL 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - Legislativa 031 - Ação legislativa	A: 1002 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PREDIO DA CAMARA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 5.752,83
01 - CAMARA MUNICIPAL 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - Legislativa 031 - Ação legislativa	A: 1003 - AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA O LEGISLATIVO P: GESTÃO ANDAMENTO	P	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 1.123,60
01 - CAMARA MUNICIPAL 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - Legislativa 031 - Ação legislativa	A: 1004 - EQUIPAR E MOBILIAR A CAMARA MUNICIPAL P: GESTÃO EM ANDAMENTO	P	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 5.168,56
01 - CAMARA MUNICIPAL 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - Legislativa 031 - Ação legislativa	A: 1005 - CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA CAMARA MUNICIPAL P: GESTÃO EM ANDAMENTO	P	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 1.123,60
01 - CAMARA MUNICIPAL 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - Legislativa 031 - Ação legislativa	A: 1006 - CONCURSO PUBLICO NO LEGISLATIVO P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 1.123,60
01 - CAMARA MUNICIPAL 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - Legislativa 031 - Ação legislativa	A: 2001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO COM LEGISLATIVO MUNICIPAL P: GESTÃO EM ANDAMENTO	A	MÊS	Meta Física 12,00 Meta Financeira 1.831.200,45

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 1.851.447,72

Programa: 0017 - PROMOÇÃO E ACESSO A CULTURA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 392 - Difusão cultural	A: 1130 - EQUIPAR E MOBILIAR A BIBLIOTECA MUNICIPAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 5.618,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 392 - Difusão cultural	A: 1131 - AQUISICAO DE ACERVO PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 5.618,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 392 - Difusão cultural	A: 1132 - REALIZACAO DE FESTIVAIS E OUTROS EVENTOS CULTURAIS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL	Meta Física 12,00 Meta Financeira 90.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0017 - PROMOÇÃO E ACESSO A CULTURA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 392 - Difusão cultural	A: 1133 - REFORMA E INSTALACAO DE BIBLIOTECA P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 392 - Difusão cultural	A: 1135 - REESTRUTURACAO E MANUTENCAO DA FANFARRA MUNICIPAL P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 392 - Difusão cultural	A: 1136 - CONSTRUCAO DO CENTRO DE EVENTOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 392 - Difusão cultural	A: 1138 - APOIO E REALIZACAO DE FESTAS E EVENTOS CULTURAIS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 300.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura 392 - Difusão cultural	A: 1140 - REALIZACAO DA EXPOALTO E EXPOVERDE P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 1.000.000,00
Total do Programa:					1.418.090,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Programa: 0018 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	23 - Comércio e serviços 695 - Turismo	A: 1141 - REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS P: GESTAO EM ANDAMENTO	P	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 5.618,00
Total do Programa:					5.618,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

AMP (CF, Art. 165, § 2º)

R\$ 1,00

Programa: 0019 - COOPERAÇÃO PELA SEGURANÇA

Objetivo: MANUTENÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA ATIVIDADES DELEGADAS COM A SESP-MT

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
02 - GABINETE DO PREFEITO 001 - GABINETE DO PREFEITO	06 - Segurança pública 181 - Policiamento	A: 1165 - MANUTENÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA ATIVIDADES DELEGADAS COM A SESP MT P: HORA	P	HORAS Meta Física Meta Financeira	0,00 50.000,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 50.000,00

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Objetivo: GERAL

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade	2024
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROLE	99 - Reserva de contingência ou reserva legal do rpps 999 - Reserva de contingência	A: 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA P: RESERVA DE CONTINGENCIA	A	MENSAL Meta Física Meta Financeira	12,00 350.000,00

(*) Tipo: P - Projeto | A - Atividade | OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária

Total do Programa: 350.000,00

Total Geral: 65.071.000,00

ALTO PARAGUAI - MT, 4 de janeiro de 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	65.071.000,00	61.972.380,95	25.465,23	167,32	67.399.050,00	65.157.627,61	24.294,02	173,31	70.394.002,50	68.277.403,01	24.871,22	181,01
Receitas Primárias (I)	62.761.000,00	59.772.380,95	24.561,22	161,38	65.899.050,00	63.707.511,60	23.753,35	169,45	69.194.002,50	67.113.484,48	8,64	0,00
Receitas Primárias Correntes	39.061.000,00	37.200.952,38	15.286,34	100,44	41.014.050,00	39.650.087,01	14.783,54	105,46	43.064.752,50	41.769.886,03	15.215,40	110,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.500.000,00	2.380.952,38	978,36	6,43	2.625.000,00	2.537.703,02	946,18	6,75	2.756.250,00	2.673.375,36	973,82	7,09
Contribuições	850.000,00	809.523,81	332,64	2,19	892.500,00	862.819,03	321,70	2,30	937.125,00	908.947,62	331,10	2,41
Transferências Correntes	35.360.000,00	33.676.190,48	13.837,97	90,92	37.128.000,00	35.893.271,46	13.382,81	95,47	38.984.400,00	37.812.221,15	13.773,75	100,24
Demais Receitas Primárias Correntes	5.000,00	4.761,91	1,96	0,01	5.250,00	5.075,41	1,89	0,01	5.512,50	5.346,75	1,95	0,01
Receitas Primárias de Capital	23.700.000,00	22.571.428,57	9.274,88	60,94	24.885.000,00	24.057.424,59	8.969,81	63,99	26.129.250,00	25.343.598,45	9.231,84	67,19
Despesa Total	68.571.000,00	65.305.714,29	26.834,94	176,32	70.324.550,00	67.985.837,20	25.348,52	180,83	73.240.777,50	71.038.581,47	25.877,02	188,33
Despesas Primárias (II)	67.661.000,00	64.439.047,62	26.478,81	173,98	69.369.050,00	67.062.113,30	25.004,11	178,37	72.237.502,50	70.065.472,85	25.522,55	185,75
Despesas Primárias Correntes	37.645.800,00	35.853.142,86	14.732,51	96,80	39.528.090,00	38.213.544,08	14.247,92	101,64	41.504.494,50	40.256.541,71	14.664,14	106,72
Pessoal e Encargos Sociais	19.400.000,00	18.476.190,48	7.592,10	49,88	20.370.000,00	19.692.575,41	7.342,38	52,38	21.388.500,00	20.745.392,82	7.556,87	55,00
Outras Despesas Correntes	18.245.800,00	17.376.952,38	7.140,41	46,92	19.158.090,00	18.520.968,68	6.905,54	49,26	49,26	19.511.148,89	7.107,27	51,73
Despesas Primárias de Capital	26.515.200,00	25.252.571,43	10.376,60	68,18	27.840.960,00	26.915.081,21	10.035,29	71,59	29.233.008,00	28.354.032,98	10.328,44	75,17
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	3.500.000,00	3.333.333,33	1.369,71	9,00	2.000.000,00	1.933.488,01	720,90	5,14	1.500.000,00	1.454.898,16	529,97	3,86
Resultado Primário (III) = (I – II)	-4.900.000,00	-4.666.666,67	-1.917,59	-12,60	-3.470.000,00	-3.354.601,70	-1.250,76	-8,92	-3.043.500,00	-2.951.988,37	-1.075,31	-7,83
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	2.310.000,00	2.200.000,00	904,01	5,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	245.000,00	233.333,33	95,88	0,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	-2.835.000,00	-2.700.000,00	-1.109,46	-7,29	-3.470.000,00	-3.354.601,70	-1.250,76	-8,92	-3.043.500,00	-2.951.988,37	-1.075,31	-7,83
Dívida Pública Consolidada	1.600.000,00	1.523.809,52	626,15	4,11	1.200.000,00	1.160.092,81	432,54	3,09	750.000,00	727.449,08	264,99	1,93
Dívida Consolidada Líquida	-120.000,00	-114.285,71	-46,96	-0,31	-610.000,00	-589.713,84	-219,87	-1,57	-940.000,00	-911.736,18	-332,12	-2,42
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema ÁGILIBLue Contabilidade, Unidade Responsável ALTO PARAGUAI - MT, Data da emissão 15/9/2023 e hora de emissão 13:49:8



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

ALTO PARAGUAI - MT, 15 de setembro de 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	82.157.688,45	67.212.299,51	67.212.299,51	65.794.168,10	67.137.034,65	168,52	-16.363.520,35	29,85
Receita Total	82.157.688,45	67.212.299,51	67.212.299,51	65.794.168,10	67.137.034,65	168,52	-16.363.520,35	-19,92
Receitas Primárias (I)	80.797.973,37	99.899.671,78	99.899.671,78	63.546.825,25	45.882.438,12	162,76	-17.251.148,12	30,38
Receitas Primárias (I)	80.797.973,37	99.899.671,78	99.899.671,78	63.546.825,25	45.882.438,12	162,76	-17.251.148,12	-21,35
Despesa Total	72.933.834,15	10.585.849,01	10.585.849,01	53.957.747,73	71.175.630,20	138,20	-18.976.086,42	0,70
Despesa Total	72.933.834,15	10.585.849,01	10.585.849,01	53.957.747,73	71.175.630,20	138,20	-18.976.086,42	-26,02
Despesas Primárias (II)	71.875.242,15	58.180.304,46	58.180.304,46	53.662.007,74	56.535.036,63	137,45	-18.213.234,41	0,88
Despesas Primárias (II)	71.875.242,15	58.180.304,46	58.180.304,46	53.662.007,74	56.535.036,63	137,45	-18.213.234,41	-25,34
Resultado Primário (III) = (I-II)	8.922.731,22	11.719.367,33	11.719.367,33	9.884.817,51	39.347.401,49	25,32	962.086,29	2.478,64
Resultado Primário (III) = (I-II)	8.922.731,22	11.719.367,33	11.719.367,33	9.884.817,51	39.347.401,49	25,32	962.086,29	10,78
Resultado Nominal	10.886.139,73	38.917.808,42	38.917.808,42	11.848.226,02	36.545.842,57	30,35	962.086,29	-7.856,63
Resultado Nominal	10.886.139,73	38.917.808,42	38.917.808,42	11.848.226,02	36.545.842,57	30,35	962.086,29	8,84
Dívida Pública Consolidada	2.400.000,00	18.811.881,19	18.811.881,19	2.299.468,06	3.835.052,48	5,89	-100.531,94	-5,48
Dívida Pública Consolidada	2.400.000,00	18.811.881,19	18.811.881,19	2.299.468,06	3.835.052,48	5,89	-100.531,94	-4,19
Dívida Consolidada Líquida	-210.000,00	10.396.039,60	10.396.039,60	-18.362.854,32	9.052.194,06	-47,03	-18.152.854,32	-249,81
Dívida Consolidada Líquida	-210.000,00	10.396.039,60	10.396.039,60	-18.362.854,32	9.052.194,06	-47,03	-18.152.854,32	8.644,22

FORNTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável ALTO PARAGUAI - MT, Data da emissão 13/9/2023 e hora de emissão 10:32:47

ALTO PARAGUAI - MT, 13 de setembro de 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2024

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	1.215.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao Fundeb	245.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	970.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	970.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	970.000,00
Novas DOCC	970.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

FONTE: Sistema ÁGILIBLue Contabilidade, Unidade Responsável ALTO PARAGUAI - MT, Data da emissão 13/9/2023 e hora de emissão 10:36:2

ALTO PARAGUAI - MT, 13 de setembro de 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2024

AMF –Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	ISENCAO PARA APOSENTADOS/PENSIONISTAS	APOSENTADOS CONFORME DETERMINA A LEGISLAÇÃO VIGENTE	65000,00	70000,00	75000,00	ISENÇÃO DE IPTU PARA APOSENTADOS E PENSIONISTA
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	JUROS/MULTAS DIVIDA ATIVA	TODOS OS BENEFICIARIOS QUE TEM JUROS E MULTAS DA DIVIDA ATIVA INSCRITOS ATE 31.12.2023	10000,00	12000,00	15000,00	JUROS/MULTAS DA DIVIDA ATIVA
TOTAL			75000,00	82000,00	90000,00	-

FONTE: Sistema ÁGILIBLue Contabilidade, Unidade Responsável ALTO PARAGUAI - MT, Data da emissão 15/9/2023 e hora de emissão 9:34:37

ALTO PARAGUAI - MT, 15 de setembro de 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2024

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado acumulado	67.697.387,80	100,00	39.766.514,67	100,00	27.374.276,51	100,00
Total	67.697.387,80	100,00	39.766.514,67	100,00	27.374.276,51	100,00

Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

ALTO PARAGUAI - MT, 13 de setembro de 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2024

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2022 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2021 (h) = ((Ib - ILe) + IIIi)	2020 (i) = (Ic - IIIf)
TOTAL (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema ÁGILIBLue Contabilidade, Unidade Responsável ALTO PARAGUAI - MT, Data da emissão 13/9/2023 e hora de emissão 10:35:11

ALTO PARAGUAI - MT, 13 de setembro de 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2024

ARF (LRF, art 4o, § 3o)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Decisões judiciais (Ações trabalhistas e precatórios)	500.000,00	LIMITACAO DE EMPENHOS RELACIONADOS A CUSTEIO; CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTARIO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS A SEREM REALIZADOS COM RECURSOS PROPRIOS;	500.000,00
SUBTOTAL	500.000,00	SUBTOTAL	500.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Discrepância de projeções	1.000.000,00	LIMITACAO DE EMPENHOS RELACIONADOS A DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS A SEREM REALIZADOS COM RECURSOS PROPRIOS;	1.000.000,00
Frustração da arrecadação	1.000.000,00	LIMITACAO DE EMPENHOS DE ACORDO COM O DETERMINADO NA LDO	1.000.000,00
Frustração da arrecadação	13.000.000,00	Contingenciamento orçamentário dos projetos atingidos pela referida frustração;	13.000.000,00
SUBTOTAL	15.000.000,00	SUBTOTAL	15.000.000,00
TOTAL	15.500.000,00	TOTAL	15.500.000,00

FONTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável ALTO PARAGUAI - MT, Data da emissão 13/9/2023 e hora de emissão 10:26:29

ALTO PARAGUAI - MT, 13 de setembro de 2023
